

## ENTREVISTA

Entrevistada:  
**Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Lília Abreu-Tardelli**  
UNESP/Campus José do Rio Preto

Por **Cristina Lopomo Defendi**  
(via endereço eletrônico)

Você já foi coordenadora do curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Formação de Professores deste instituto. Como foi essa experiência?

Considero toda experiência de trabalho que precisa lidar diretamente com colegas professores e alunos tanto no contexto de sala de aula quanto fora dele muito enriquecedora. Sempre apresenta novos desafios e novas aprendizagens. No caso específico, era um curso que estava no início, ainda nas primeiras turmas, então, nós professores do curso também tínhamos muito a aprender para tornar o curso uma referência. Lembro-me que a procura era muito boa, os alunos sempre muito interessados, pois já vinham com inúmeras questões que a sala de aula sempre gera e acabávamos trabalhando, querendo ou não, essas duas perspectivas: o público-alvo daquele aluno no momento atual dele em sala de aula e o público-alvo futuro, os alunos de graduação, pois era um curso de Formação de Professores com ênfase para o Ensino Superior e de natureza multidisciplinar. Nesse sentido, um curso bastante atual, pois a formação do humano para se trabalhar com outro ser humano precisa ser global, abranger diferentes disciplinas (Psicologia, Linguística, Sociologia, Filosofia etc).

Desde 1996, quando iniciei meu mestrado na PUC/SP abracei um quadro epistemológico que se preocupa com o desenvolvimento do humano e a Linguística tem um papel fundamental nisso, mas não pode deixar de dialogar com outras áreas para a compreensão desse desenvolvimento. Por tudo isso, considero que a experiência foi muito boa, com muitos desafios. O IF-SP também estava passando por um momento de transformação na própria instituição naquele momento, então, minha experiência não foi apenas individual, mas fez parte de um conjunto todo. Não fiquei para ver o processo continuar, mas tenho um carinho muito grande até hoje por essa instituição, pelos colegas que conheci e pela experiência vivida aí.

Em um momento em que se discutem as Bases Curriculares Nacionais e a Reforma do Ensino Médio, como isso influencia o trabalho nas licenciaturas e na formação de professores em geral?

Vários especialistas da área já apontaram os absurdos da reforma do Ensino Médio. Acompanhei essa discussão e não vou falar aqui como uma especialista nessas questões, mas como uma profissional que trabalha com educação, e vou apenas retomar dois pontos (mas há tantos outros que poderiam ser discutidos aqui): o primeiro o de que não se faz reforma educacional por medida provisória, isso se a educação fosse de fato considerada uma prioridade (e deveria ser, pois educação afeta todos os demais setores da economia). O segundo, em relação à falácia de flexibilizar o Ensino Médio. Um aluno adolescente vai escolher trajetórias para sua vida em um momento que ele não está preparado para isso. Uma coisa é escolher disciplinas, a outra é a trajetória que irá seguir, tal como proposto. A Base Curricular Nacional, ao contrário, foi amplamente divulgada e aberta à consulta. Recebemos a BCCN nas universidades e tivemos um tempo para ler e opinar. Você me pergunta como essas duas ações influenciam o trabalho nas licenciaturas e na formação de professores em geral. A BCCN, como todo documento com função de direcionar, irá de certa forma prescrever o trabalho, nesse caso, os currículos estaduais em que o trabalho docente se pautará. Nesse sentido, irá nortear o agir docente e, portanto, a influência é muito grande. A questão agora é o que irá acontecer com a Base nesse processo todo de transição.

Como está sendo sua trajetória profissional e acadêmica?

Ingressei na Unesp em novembro de 2012 e estou há quatro anos e meio nessa universidade no campus de São José do Rio Preto. Tenho desenvolvido vários projetos, envolvendo duas temáticas principais: leitura e produção de texto para alunos universitários e o trabalho docente. Hoje, quatro orientandas de pós-graduação (duas de mestrado e duas de doutorado) trabalham com a temática do trabalho docente; uma de doutorado e duas de iniciação científica, com a temática da produção textual. Apesar de serem objetos diferentes, eles se intercalam, pois, em nosso quadro teórico-metodológico, não conseguimos ver produção textual desvinculada da complexidade do trabalho do professor em sala de aula. Em quatro anos, acredito que o caminho percorrido foi muito profícuo: temos hoje um grupo de pesquisa (ALTER-FIP)<sup>1</sup> com encontros periódicos e uma frequente interlocução com pesquisadores de outras instituições nacionais e estrangeiras. Além disso, vários resultados das pesquisas desenvolvidas já foram divulgados em congressos nacionais e internacionais e em

<sup>1</sup> Análise de Linguagem, Trabalho e suas Relações - Formação, Intervenção e Pesquisa.

artigos publicados. Nessa trajetória, minha preocupação é sempre trabalhar o objeto pensando na articulação da graduação com a pós-graduação e com o professor que já está atuando em sala de aula, unindo assim formação inicial e continuada. Nesse sentido, ter trabalhado ao longo de minha vida profissional (já são 25 anos de sala de aula) com públicos diferentes (crianças e adolescentes, escola particular e pública, ensino médio e superior), e em funções diferentes (como professora e como coordenadora) me possibilita ter uma visão ampla e realista do trabalho docente nesses diferentes contextos. Sem dúvida, isso influencia as escolhas teóricas e metodológicas que faço.

Como você avalia a qualidade dos materiais pedagógicos disponíveis no Brasil? De que forma você, como autora de livros didáticos, pode contribuir nesse mercado?

O material didático é hoje, em nosso contexto, uma ferramenta disponível para que o professor atue em sala de aula. Nesse sentido, é um componente do trabalho docente, faz parte desse trabalho e pode, em muito, contribuir para isso. Os materiais didáticos passam por avaliações pelo Programa Nacional de Livros Didáticos justamente para ver se não há erros conceituais, preconceitos, para deixar clara a abordagem adotada para o professor que irá escolher o material etc. Esses materiais chegam às escolas e, a meu ver, devem ser vistos como um auxílio para o professor, desde que ele saiba como e para que usá-lo. O professor em sua sala é autônomo para fazer as escolhas metodológicas dele, claro, e, nesse sentido, a formação desse professor é fundamental para auxiliá-lo a fazer essas escolhas, inclusive do material a ser usado ou ainda em como adaptar o material adotado para seu público-alvo. Na perspectiva teórica que abraço, o material didático só será de fato usado na ação do professor em sala de aula se ele acreditar que esse material pode ser efetivamente um auxílio eficaz em sua prática. Do contrário, seu uso fica meramente prescritivo, obrigatório e sem sentido. Aí o material didático não terá serventia para a ação do professor voltada para o desenvolvimento do aluno. Além disso, o material possa servir como auxílio para o desenvolvimento do próprio professor.

Ressalto, mais uma vez, que esse é um trabalho contínuo, que começa na graduação e não para mais: estudar sempre para saber as escolhas, entender que o material geralmente segue escolhas teóricas e metodológicas, ou ainda, muitas delas ao mesmo tempo. Tomemos como exemplo, a proposta de ensino de língua por meio dos gêneros textuais, na qual eu acredito e com a qual eu trabalho. Vejo propostas feitas com essa abordagem para ensino de produção textual sendo usadas de forma mecânica, aí o trabalho todo se perde. Ensinar por meio dos gêneros virou hoje, erroneamente, sinônimo de duas coisas: não ensinar gramática e ensinar o gênero nos moldes que se ensinava “redação escolar”. Essa má compreensão é muito mais ampla do que compreender o material que chega nas mãos do professor: é uma má compreensão do

próprio conceito de gênero e de como fazer a transposição didática desse saber para a sala de aula. Nenhum material vai suprir essa carência se não estiver claro para o professor (e muitas vezes para o próprio elaborador de material didático) o próprio conceito de gênero textual e suas implicações disso para o ensino. Ensinar a escrita de determinado gênero envolve escolhas do que ensinar, ter claro que a escrita está diretamente relacionada ao contexto sociohistórico mais amplo, ao contexto de produção, de circulação etc. Minha contribuição maior, sempre digo, não é o material em si, mas a formação que proporciono aos alunos de graduação e pós-graduação sobre a compreensão dos conceitos básicos e dos caminhos metodológicos. O material didático é sempre um auxílio. Com ele, posso exemplificar o que estou dizendo teoricamente, mostrar uma possibilidade de fazer a transposição didática, de como fazer a elaboração de atividades para um determinado público-alvo e por isso digo que minha contribuição maior e na formação de professor, seja inicial, seja continuada.

Qual seria a formação “ideal” de um professor para atuar no Ensino Superior?

**H**oje penso que a formação “ideal” é conhecer a situação “real” de trabalho do docente. Ouço os alunos de graduação perguntarem: “como fazer com tudo isso que estamos lendo na prática?”, e é importante ouvir isso deles, pois são alunos que, em sua maioria, acabaram de sair do Ensino Médio, pois dou aula nos 1º e 2º anos das licenciaturas. O que sempre digo a eles é que corremos o risco de fazermos do mesmo modo que nossos professores por não sabermos como fazer diferente; então eles precisam ter claro que cada escolha deles em sua ação docente estará pautada, consciente ou inconscientemente, em teorias e pressupostos teórico-metodológicos. Assim, a questão é se colocar o desafio de pensar como podemos ensinar o nosso objeto naquele determinado contexto em que nos encontramos, para aquele determinado público, naquele tempo, enfim, pensar nos caminhos possíveis com todos os impedimentos que o professor, assim como todo trabalhador tem em seu contexto de trabalho.

Esse conhecimento que o grupo de pesquisa adota vem da interlocução com aportes da psicologia do trabalho, mais especificamente, a Clínica da Atividade e da Ergonomia da Atividade francesa, aglutinados em proposta feita por Ana Rachel Machado, grande pesquisadora, a fundadora do grupo ALTER (que depois se desmembrou em vários outros grupos de pesquisas) e infelizmente já falecida. A Clínica da Atividade, que mencionei, criada pelo psicólogo francês Yves Clot, defende que conhecer os impedimentos que o trabalhador tem no momento de sua atividade de trabalho e os caminhos que ele poderia ter percorrido e não percorreu para realizar determinada tarefa é tão importante quanto saber o que ele efetivamente fez. Existem métodos para podermos “ter acesso” a esses impedimentos, são os chamados métodos indiretos. Saber

disso é importante para que um coletivo de trabalhadores busque juntos outros caminhos, tendo em vista o que provoca a ação para fazer de uma forma ou de outra.

Vou exemplificar. Planejo uma aula em que os alunos deverão fazer a leitura de um texto em silêncio e depois em grupos realizarem determinada tarefa. Se, na hora da aula, resolvo mudar e faço uma leitura coletiva em voz alta e peço para que realizem as atividades individualmente, devo pensar: o que aconteceu que fez com que eu mudasse a forma de ação planejada inicialmente? Se saio insatisfeita dessa aula, ter claro por que agi de uma forma e não de outra, auxilia para que eu possa compreender os impedimentos naquela sala que mais me “tiram o sono”. Isso pode, em um primeiro momento parecer banal, mas pense nesses pequenos impedimentos no dia a dia, sala após sala. São muitos os impedimentos do professor e se não forem compreendidos e se novos caminhos não forem encontrados, pode causar sério problema de saúde para ele. Vide os inúmeros casos de professor com depressão, de licença saúde, síndrome do pânico. É olhando essas micro ações que compreenderemos as macro.

Na proposta teórico-metodológica que mencionei, o coletivo de trabalho é fundamental, isso é outra instância que estamos perdendo, o professor tem sido cada vez mais um ser solitário, leva seus problemas para casa e tenta lidar com eles sozinho. Essa solidão profissional traz sérias consequências ao profissional. Volto para sua pergunta para não parecer que estou divagando... Hoje acredito que uma boa formação, seja para atuar no ensino superior, seja para atuar no ensino básico é compreender o trabalho que você irá desenvolver de forma ampla. Isso ajuda nos caminhos a seguir para vencer os desafios profissionais. Nesse sentido, sou sempre muito favorável aos conhecimentos teóricos de base que nos dão aportes para compreender o trabalho e a vida. Em minha trajetória profissional procuro sempre aportes que me proporcionem essa visão maior. Encontrei isso no interacionismo sociodiscursivo, quadro epistemológico de Bronckart da Universidade de Genebra e na Clínica da Atividade do CNAM em Paris e mantemos diálogos constantes com esses pesquisadores. Hoje o grupo inicia um momento de buscar métodos próprios ou mais adequados ao contexto brasileiro. Nesse sentido, a profa. Dra. Dora Riestra, da Universidade de Río Negro, em Bariloche, na Argentina, e eu iniciamos um diálogo e projeto comum, pois acreditamos que temos muitas semelhanças em nossos contextos de trabalho.

Mais especificamente no ensino superior, defendo dois movimentos: o teórico, sempre, pois com um bom embasamento o profissional é capaz de contestar aportes, questionar, adaptar métodos, pois sabe a base epistemológica em que pisa, assim como as teorias que conseguem dialogar nessa mesma base. Outro caminho não menos importante é a prática: pensar em um saber-fazer. Essa prática precisa permear seu trajeto de formação. E nesse sentido, também nós formadores desses futuros professores devemos dar exemplos de como fazer. Do meu ponto de vista, me parece cômodo criticar materiais já existentes ou ações de professores em sala de aula sem apontar concretamente novos modos de se fazer. Isso não deve ser visto como “receita”, mas

caminhos que depois o próprio aluno irá modificar de acordo com sua realidade como professor, caminhos a serem discutidos por quem está na sala de aula, ou seja, pelo coletivo. Um lugar muito profícuo para se trabalhar assim são as disciplinas de estágio, mas nada impede de sempre estarmos pincelando essas questões nas demais disciplinas. Faço isso, por exemplos, nas disciplinas que ministro: Leitura e Produção de Texto e Normas Gramaticais da Língua Portuguesa. É claro que, nessas disciplinas, eles não têm a possibilidade de entrar em sala de aula, mas procuro criar um espaço para discutir essas questões relacionadas ao agir docente. Sempre procuro colocá-los no papel de alunos (aprendendo os conteúdos prescritos, no caso, os gêneros acadêmicos que devem saber produzir e a gramática) e também no de futuros professores, em como fazer essa transposição didática em relação à prática textual e ao ensino de gramática. A professora Dra. Janette Friedrich, da Universidade de Genebra, com quem tenho discutido essas questões, costuma dizer que a reação dos estudantes em sala de aula, principalmente, daqueles que não são atendidos, é importante porque obriga o professor a se perguntar quais outras maneiras possíveis ele tem para se ensinar um objeto. Nesse sentido, são os alunos que também dão a orientação de como ensinar. Do ponto de vista da pesquisadora, o objetivo é conseguir a cada vez maneiras de ensinar que sejam condizentes com determinado público.